

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.465 - RS (2019/0327192-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **JOSE LUCAS DA SILVA FERNANDES**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, fundado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

Consta dos autos que o ora recorrido, denunciado como incurso nos arts. 121, § 2º, I, e 121, § 2º, V, na forma do art. 69, *caput*, todos do Código Penal Brasileiro, foi impronunciado pelo Juízo de origem.

Irresignado, o *Parquet* interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem, por maioria, negou provimento, nos seguintes termos (e-STJ fl. 354):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. INDÍCIOS INSUFICIENTES DE AUTORIA. IMPRONÚNCIA. DECISÃO MANTIDA.

Recurso desprovido, por maioria.

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* aponta negativa de vigência aos art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal e 74, § 1º, e 413 do Código de Processo Penal, bem como contrariedade ao art. 414 do Código de Processo Penal.

Sustenta que "a análise do aresto impugnado revela ter a Corte Estadual, no julgamento de recurso em sentido estrito, procedido a julgamento típico do *judicium causae*, reservado ao Tribunal do Júri (artigo 74, *caput* e §1º, do Código de Processo Penal), com indevido e aprofundado ingresso na valoração de elementos de convicção, descabido no *judicium accusationis*, em que há mero juízo de admissibilidade da acusação,

à luz do princípio *in dubio pro societate*" (e-STJ fl. 378).

Defende que "a plausibilidade da acusação resta evidente no caso em apreço, pois a despronúncia foi proferida por maioria de votos, com a detecção de versões antagônicas a respeito dos fatos por relator e revisor, de modo que o Tribunal local não poderia, simplesmente, adotar a solução mais favorável ao acusado e suprimir a competência da Corte Popular para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida" (e-STJ fl. 379).

Requer o provimento do recurso especial, para que o recorrido seja pronunciado.

Contrarrazões às e-STJ fls. 392/397.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 421/423).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

No rito do júri, a pronúncia encerra o juízo de admissibilidade da inicial acusatória, dispondo o art. 413 do Código de Processo Penal que o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Nos termos do precedente jurisprudencial desta Corte, a pronúncia é o "reconhecimento de justa causa para a fase do júri, com a presença de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e indícios de autoria" (AgInt no AREsp n. 784.102/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe de 6/6/2016).

Não se desconhece que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que, nessa fase do procedimento escalonado do júri, vigora o brocardo *in dubio pro societate*. Todavia, "a incidência do postulado não afasta a necessidade de indícios mínimos de autoria para que haja a pronúncia" (AgInt no REsp n. 1.595.643/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe de

30/6/2016).

No caso em exame, o Juízo de origem impronunciou o recorrido com amparo nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 294/298):

Analisando-se o delito contra a vida imputado ao réu, conclui-se pela inexistência de elementos suficientes de admissibilidade da acusação e possibilidade de transposição para a segunda fase procedimental. Vejamos:

Interrogado o réu JOSÉ LUCAS DA SILVA FERNANDES, em juízo, negou a autoria delitiva. Expôs que estava embriagado na boate. Falou que teve uma desavença com um rapaz, sendo retirado do local. Mencionou que uma mulher se negou a ir para o quarto consigo, alegando que estava acompanhada. Expôs que não lembra de ter dado uma garrafada. Disse que não lembra quem efetuou os disparos. Declarou que não tinha revólver. Expôs que lembra se alguém lhe perseguiu a cavalo.

A vítima JOSÉ ARMINDO ACOSTA CHAVES, em juízo, mencionou que não conhece o réu. Declarou que sentiu uma queimação nas nádegas. Asseverou que ficou sabendo por meio da vítima LINDOMAR que o denunciado foi o autor do disparo. Falou que não conhece ERONDINA. Mencionou que viu JOSÉ LUCAS conversando com ERONDINA, porém não sabe se estavam discutindo. Afirmou que não viu o réu apontar o revólver em sua direção. Informou que após o primeiro fato o ofendido LINDOMAR saiu a cavalo atrás do denunciado, sendo atingido por um tiro. Mencionou que apenas escutou outro disparo. Noutro tanto, em sede policial, relatou que ficou sabendo pelas mulheres que estavam no local que "EDISON LASQUINHA" seria o autor do disparo. Alegou que não defendeu ERONDINA. Disse que apenas estava olhando a discussão.

O ofendido LINDOMAR MENDONÇA PERES, em juízo, disse que o réu JOSÉ LUCAS quebrou uma garrafa para "passar na goela" de uma das moças que trabalhava na boate. Contou que a vítima JOSÉ ARMINDO foi defender a mulher, razão pela qual o denunciado JOSÉ LUCAS efetuou o disparo que atingiu os glúteos do ofendido. Falou que após o primeiro fato o réu empreendeu fuga do local. Disse que foi atrás de JOSÉ LUCAS, tendo o mesmo efetuado um tiro em sua direção, atingindo as suas costelas, no lado direito. Expôs que somente tinha um relho, no entanto, não agrediu fisicamente o denunciado. Informou que acha que o réu JOSÉ LUCAS tinha a intenção de lhe matar. Mencionou que a arma era de chumbo. Informou que o acusado JOSÉ LUCAS atirou na vítima JOSÉ ARMINDO, pois o mesmo tentou defender "a prenda". Contou que JOSÉ ARMINDO permanecia de costas para o acusado no momento do disparo. Mencionou que estava montado em seu cavalo, que encontrava-se em movimento, quando foi atingido com o tiro nas costelas e o réu estava "a pé". Falou que o réu somente lhe atirou pois

foi tirar satisfações pelo primeiro fato. Todavia, em seu depoimento na sede policial indicou o autor dos disparos como sendo o indivíduo conhecido "EDISON LASQUINHA", e, posteriormente, reconheceu o equívoco da autoria delitiva e informou que foi esclarecido através do "pessoal que trabalha no local" que o autor dos episódios seria o réu JOSÉ LUCAS.

A testemunha EDSON ALBERTO ARANDA ORNELES, em juízo, relatou que não presenciou os fatos. Contou que ficou sabendo do intento pois na rádio informaram o seu nome como sendo o responsável pelos episódios narrados na exordial. Declarou que foi confundido com o executor, pois sempre usa "calça de milico". Informou que ficou sabendo que o réu JOSÉ LUCAS seria o autor das ocorrências.

Não convincentes, portanto, os elementos recolhidos durante a instrução, a opção jurídica viável é impronunciar o acusado JOSÉ LUCAS DA SILVA FERNANDES. Com efeito, embora o réu estivesse envolvido em uma discussão na "Boate da Jandira", não restou comprovado nos autos que tivesse efetuado os disparos com arma de fogo contra as vítimas JOSÉ ARMINDO e LINDOMAR, tendo em vista que, nem mesmo da análise dos depoimentos das vítimas, há certeza da autoria delitiva, elemento necessário para impor o julgamento pelo Tribunal do Júri.

Outrossim, entendo que o Juízo deve analisar com cautela os depoimentos de ouvir dizer, tendo em vista que não se mostra hábil a suficiência indiciária apenas por presunções.

[...]

No entanto, ao impronunciar o réu não se está absolvendo, mas concluindo que não tendo a investigação e instrução judicial recolhido elementos sustentáveis, mesmo que em juízo provisório, para firmar convencimento de que foi o autor ou teve participação do delito, afasta-se a pronúncia, nos termos do artigo 414 do Código de Processo Penal.

Se elementos novos surgirem dentro do prazo de prescrição, poderá ser denunciado o réu e, se consistentes aqueles, novamente examinada a acusação.

Pelo exposto e forte no artigo 414, caput, do Código de Processo Penal, IMPRONUNCIO JOSÉ LUCAS DA SILVA FERNANDES relativamente às acusações que lhe foram feitas neste processo. (Grifei.)

Na mesma linha, o Tribunal local, por maioria, ao examinar o apelo ministerial, houve por bem manter a decisão de impronúncia por entender que não haveria indícios suficientes de autoria (e-STJ fls. 349/364).

Assim, para chegar à conclusão diversa daquela a que chegaram as instâncias ordinárias, seria imperativo realizar o cotejo fático e probatório dos autos, atividade a elas inerente.

Com efeito, não se mostra plausível nova análise do contexto probatório por parte desta Corte Superior, a qual não pode ser considerada uma terceira instância recursal. No mais, referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça, *in verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

Nesse sentido:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. DECISÃO DE IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. É a pronúncia reconhecimento de justa causa para a fase do júri, com a presença de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e indícios de autoria, não representando juízo de procedência da culpa.
2. Caso em que a Corte de origem concluiu pela inexistência de indícios mínimos de autoria, notadamente porque os informantes ouvidos em juízo, além de não terem presenciado o fato, não souberam apontar os autores.
3. Rever o entendimento da instância a quo, a fim de pronunciar o recorrido, implicaria o necessário reexame do contexto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.
4. Recurso especial não conhecido. (REsp 1.494.211/RS, relator para acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 03/04/2018.)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ACÓRDÃO IMPUGNADO QUE DESPRONUNCIOU OS ACUSADOS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA OU PARTICIPAÇÃO DELITIVAS. PRETENSÃO DE RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA QUE DEMANDA INVIÁVEL REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.

I - A pronúncia é decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação e a remete para apreciação pelo Tribunal do Júri. Trata-se

de mero juízo de admissibilidade, não de mérito.

II - Na hipótese, a reforma do juízo de fato de que inexisteriam indícios mínimos de que os acusados participaram do crime que lhes fora imputado demandaria amplo reexame do acervo probatório dos autos, pretensão que esbarra no óbice da Súmula 07/STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.646.307/RS, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018.)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR UTILIZAÇÃO DE MEIO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA, EM CONCURSO DE AGENTES. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. DESPRONÚNCIA DECRETADA POR AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA NA INSTÂNCIA A QUO. RECONSIDERAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DESPRONÚNCIA. ART. 155, CPP. OBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REVISÃO DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. No sistema da persuasão racional ou do livre convencimento motivado adotado pela Constituição Federal (CF, art. 93, IX), não há se falar em hierarquia entre os elementos probatórios, não sendo possível afirmar que uma prova testemunhal ostente menor valor probante que a de outra espécie, já que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação de todos os elementos de convicção alheados no curso da persecução penal (CPP, art. 155, caput) (...) (HC 355553, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 05/04/2017)

2. Verificar a fragilidade do conjunto fático-probatório encontra óbice no Enunciado sumular 7/STJ, o qual veda o reexame de provas na estreita via do recurso especial ((RHC 31.356/PI, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 11/3/2014, DJe 24/3/2014).

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no REsp 1.485.675/SC, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 24/11/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. DESPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O acórdão recorrido acolheu recurso em sentido estrito defensivo

para despronunciar o acusado, ao fundamento de ausência de indícios mínimos de autoria. A revisão dessa conclusão, por demandar incursão em aspectos fático-probatórios, encontra óbice na Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.464.765/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 13/08/2015)

RECURSO ESPECIAL. DESPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICIÁRIOS DA AUTORIA. MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7.

A Corte de origem, ao desvendar a inexistência de indícios mínimos de autoria, tornou a controvérsia somente apurável em nível de cotejo probatório, o que recomenda a aplicação da Súmula 7 desta Corte.

Não se é de verificar a prevalência do princípio do in dubio pro societate, no juízo de pronúncia, se nem ao menos restaram comprovados indícios suficientes de autoria, circunstância a ser considerada para permitir a despronúncia.

Recurso não conhecido. (REsp 1.010.570/DF, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 29/11/2010.)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator